

A CPI decidiu seguir, ao pé da letra, o roteiro preparado por José Carlos Alves, um especialista em atirar sobre outros os crimes que praticou

Deputado João Alves



Deus queria acabar com essa corrupção toda e me escolheu para fazer isso. Mas ainda falta muita gente no relatório do deputado Magalhães

José Carlos Alves dos Santos

Sérgio Marques



Luiz Eduardo (de terno claro) pressiona os membros da CPI por Aleluia

Gustavo Miranda



Ao lado de Passarinho, Magalhães faz uma pausa na leitura do relatório

Sérgio Marques



Entre os Pedro, Teixeira e Simon, Mário Covas acompanha a sessão final da CPI

CPI ataca fraudes propondo leis

BRASÍLIA — O relatório final da CPI que investigou a máfia do Orçamento propõe um grande número de mudanças, com o objetivo de dar transparência aos gastos do Governo. Sugere, por exemplo, o fim das subvenções sociais, um dos buracos do Orçamento da União por onde foram desviados mais de US\$ 600 milhões nos últimos quatro anos.

Propõe também o fim da Comissão Mista de Orçamento, na qual foi originada a máfia que desviava recursos públicos, criando em seu lugar a Comissão Mista de Sistematização, com poderes limitados. O relatório da CPI apresenta outras sugestões de caráter legislativo. Recomenda mudan-

ças na legislação eleitoral e ampliação do prazo de perda de direitos políticos, restringe a imunidade parlamentar e propõe a suspensão temporária cautelar, concedendo prazos para investigação de parlamentares acusados de graves irregularidades.

Também constam das propostas restrições à apresentação de emendas ao Orçamento e de envio, pelo Governo, de pedidos de créditos suplementares, outro caminho usado para uso indevido de dinheiro público. E recomenda que o Governo adote a Ufir na elaboração do Orçamento, para assegurar uma moeda constante. As principais mudanças propostas são:

Roberto Stuckert Filho



Roberto Magalhães (ao centro) após ter recomendado a cassação de 16 deputados, um suplente e um senador